**SIMULADO DO EXAME DE ORDEM**

25º SIMULADO OAB 2014.2

26 DE SETEMBRO DE 2014

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9h20 e encerramento às 12h20. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 26/set e extinguir-se-á às 13hs do dia 29/set. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 01/out.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 01/out.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 26/Set | 9h20 - 12h20 | Simulado |
| 26/Set | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 29/Set | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 01/Out | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 01/Out | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. Assinale a afirmativa correta.**

(A) O princípio da indisponibilidade do interesse público não afasta a possibilidade de arbitragem no âmbito das relações jurídicas envolvendo a Administração Pública.

(B) O tratamento isonômico por parte de administradores públicos, a que fazem jus os indivíduos, decorre basicamente dos princípios da impessoalidade e da eficiência.

(C) O princípio da legalidade visa a impedir que administradores públicos se conduzam com abuso de poder, sobretudo nas atividades discricionárias.

(D) Constitui fundamento do princípio da eficiência o sentimento de ética que deve nortear a conduta dos administradores públicos.

**2. Com relação à anulação do ato administrativo, assinale a afirmativa INCORRETA.**

(A) A anulação é de competência privativa da Administração Pública.

(B) A anulação fundamenta-se no reexame do ato com objetivo de aferir a existência de vício e sua manutenção no ordenamento jurídico.

(C) A anulação é um ato administrativo unilateral declaratório que tem como objetivo suprimir total ou parcialmente os efeitos de ato ilegítimo anterior.

(D) A anulação pode ser efetivada pelo Poder Judiciário por meio de sentença declaratória de nulidade, anulando o ato e seus efeitos.

**3. São considerados agentes públicos – delegatários:**

(A) os chefes do Executivo e os militares.

(B) os notários e os agentes políticos.

(C) os civis ocupantes de cargo em comissão.

(D) os particulares em colaboração com o Poder Público.

**4. A prática de ato de improbidade:**

(A) Não envolve particular somente o Servidor.

(B) Depende de dano ao erário.

(C) Excepcionalmente admite culpa.

(D) Não ocorre se as contas estiverem aprovadas pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

**5. Em relação à Intervenção do Estado na Propriedade Privada, é correto afirmar que:**

(A) a indenização, na desapropriação para reforma agrária, não incluí as benfeitorias úteis e necessárias, e é realizada em títulos da dívida agrária.

(B) o objeto da requisição administrativa somente pode abranger bens móveis, fazendo jus o proprietário à prévia indenização.

(C) a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade é da competência exclusiva da União.

(D) a requisição administrativa tem caráter de transitoriedade, sendo assegurado ao proprietário indenização somente posteriormente na hipótese de comprovação de dano.

**6. (FGV - 2010) O atributo pelo qual atos administrativos se impõem a terceiros, ainda que de forma contrária a sua concordância, é denominado:**

(A) Competência.

(B) Veracidade.

(C) Vinculação.

(D) Imperatividade.

**7. Assinale a afirmativa correta.**

(A) O Estado responde subjetivamente e objetivamente por dano causado a particular relativamente a ato ilícito e lícito praticado por agente público.

(B) O agente público responde somente subjetivamente pela autuação indevida de particular com abuso de direito.

(C) Em caso de dano causado a particular por erro de autuação, o agente público será sumariamente demitido, independentemente de processo administrativo.

(D) Em caso de negligência no exercício das funções com ocorrência de dano, o agente só responde administrativamente.

**8. A modalidade de licitação que permite a aquisição de bens e prestação de serviços comuns com valores altos e menor preço é denominada:**

(A) pregão.

(B) convite.

(C) concurso.

(D) concorrência.

**9. A respeito da parceria público-privada, analise as afirmativas a seguir.**

**I. O contrato de parceria público-privada, na modalidade patrocinada ou administrativa, pode ser celebrado por qualquer valor, desde que não seja superior a 35 (trinta e cinco) anos.**

**II. A contraprestação da Administração Pública nos instrumentos e parceria público-privada poderá, entre outros meios, ser feita mediante a cessão de créditos não tributários e pela outorga de direitos sobre bens públicos dominicais.**

**III. Na lei federal de parceria público-privada (Lei nº 11.079/04) houve a previsão de um fundo garantidor das parcerias público-privadas, o qual tem natureza pública.**

**Assinale:**

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente a afirmativa III estiver correta.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

**10. A respeito da aplicação de sanções administrativas pela Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.**

(A) O processo administrativo sancionador não é sigiloso.

(B) Não são admissíveis no processo administrativo sancionador as provas ilícitas e as provas colhidas em processo penal.

(C) O contrato administrativo deve necessariamente estabelecer as penalidades cabíveis pelo descumprimento de obrigação contratual.

(D) A instauração de processo administrativo sancionador independe de prévia denúncia.

**Constitucional**

**11. Considerando a jurisprudência da Corte Constitucional, bem como as regras estabelecidas pela Constituição Federal, assinale a alternativa que trata de forma incorreta o controle de constitucionalidade brasileiro:**

(A) A ação declaratória de constitucionalidade e a ação direta de inconstitucionalidade interventiva possuem os mesmos legitimados ativos.

(B) Admite-se o controle preventivo de constitucionalidade no caso de mandado de segurança impetrado por parlamentar, com a finalidade de impedir a tramitação de proposta de emenda constitucional tendente a abolir cláusula pétrea.

(C) A ADPF não tem preferência em relação a outros meios eficazes de sanar a lesividade, pois à ela aplica-se o princípio da subsidiariedade.

(D) A ação rescisória jamais poderá ser utilizada em sede de controle concentrado de constitucionalidade, federal ou estadual, pois é vedada a sua utilização.

**12. Sobre a possibilidade de emendas à Constituição Federal de 1988, marque a única opção correta.**

(A) Não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição, na vigência de intervenção estadual e em caso de estado de defesa.

(B) A proposta pode ser apresentada pelos Governadores de Estado.

(C) A emenda à Constituição Federal só ingressa no ordenamento jurídico após a sua promulgação pela Mesa do Congresso Nacional e goza de presunção absoluta de constitucionalidade, à semelhança das normas originárias.

(D) A norma genérica do processo legislativo ordinário que permite a reapresentação de projeto de lei rejeitado na mesma sessão legislativa não se aplica às emendas constitucionais.

**13. Em relação aos direitos de nacionalidade, assinale a opção correta considerando o disposto na Constituição Federal:**

(A) Os cargos de Presidente das Casas Legislativas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) são privativos de brasileiros natos.

(B) É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.

(C) Considera-se brasileiro naturalizado o estrangeiro de qualquer nacionalidade casado com brasileiro nato por mais de cinco anos.

(D) É considerado brasileiro nato todo aquele que nasce em território nacional, inclusive sendo filho de estrangeiros, em qualquer hipótese.

**14. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI’s), considere as asserções imediatamente abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que contenha o julgamento devido sobre elas:**

**I – De acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, a cláusula constitucional de equivalência com os poderes instrutórios das autoridades judiciais não tem a extensão de legitimar as possibilidades de busca e apreensão domiciliar e de quebra do sigilo telefônico ordenadas por CPI.**

**II – As CPI’s serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante o requerimento de, pelo menos, um terço de seus membros, aprovado pela maioria absoluta da respectiva Casa.**

**III – De acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, interpretando o requisito normativo-constitucional de fato determinado, não se admite a ampliação do objeto da investigação durante o curso dos trabalhos da CPI.**

(A) Apenas I e II são erradas.

(B) Apenas I e III são erradas.

(C) I, II e III são erradas.

(D) Apenas II e III são corretas.

**15. Estado Federal é aquele composto por unidades que, embora dotadas de capacidade de autonomia (auto-organização e autogoverno), não são dotadas de soberania, submetendo-se a uma Constituição Federal. Sobre o tema, marque a resposta errada:**

(A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

(B) A exemplo do Canadá e dos EUA, a CF/88 adotou a técnica da enumeração dos poderes dos Estados, com poderes remanescentes para os Municípios e o Distrito Federal.

(C) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios, sendo vedada a sua divisão em municípios.

(D) Não se admite o direito de secessão no Brasil.

**16. A respeito do Poder Legislativo e do Poder Executivo, pode-se afirmar:**

(A) Segundo a Constituição, os deputados passam a ter imunidade formal a partir de sua diplomação e por isso têm inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões ou votos proferidos em decorrência de sua atuação.

(B) Os sistemas majoritários simples das eleições para o Senado Federal é o mesmo utilizado nas eleições para Governadores de Estado.

(C) O Poder Executivo terá seus chefes com mandato de 4 (quatro) anos e eleição através do sistema majoritário de dois turnos para Presidente e Prefeitos de todos os Municípios do país;

(D) O Senado Federal é a casa legislativa onde estão os representantes do povo brasileiro; o número de Deputados Federais, eleitos por cada Estado, está vinculado à população, sendo o mínimo de 08 (cinco) e o máximo de 70 (setenta) deputados e se for criado um Território Federal, ele não poderá eleger senadores.

**17. Quanto ao processo legislativo, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Em regra, não se admite aumento de despesas nos projetos de leis de iniciativa privativa do Presidente da República.

(B) A iniciativa de apresentação dos projetos de leis pode ser reservada, concorrente e até mesmo popular.

(C) A casa iniciadora do processo legislativo é, via de regra, a Câmara dos Deputados.

(D) A sanção do Presidente convalida o vício de iniciativa.

**18. Sobre as gerações dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:**

(A) De acordo com a doutrina majoritária, os direitos de segunda geração, ou direitos sociais, não constituem simples normas de natureza dirigente, sendo verdadeiros direitos subjetivos que impõem ao Estado um *facere*;

(B) Os direitos de 1ª geração são os direitos de manipulação genética, relacionados à biotecnologia e à bioengenharia, que tratam de questões sobre a vida e a morte e que requerem uma discussão ética prévia; essa geração também é caracterizada pela exigência dos indivíduos ao Estado para a implementação de políticas públicas;

(C) São exemplos de direitos de 3ª geração: avanços tecnológicos, meio ambiente, paz social, direitos dos trabalhadores e direito à educação;

(D) A Constituição de 1988 não traz proteção jurídica aos direitos de 3ª dimensão.

**19. Suponha que o STF, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI), tenha julgado a lei Y inconstitucional. Nesse caso, seria correto afirmar que a lei Y:**

(A) pode ser municipal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

(B) é federal e deverá ser encaminhada ao Senado para que seja suspensa.

(C) pode ser federal ou estadual e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa.

(D) pode ser federal e anterior à Constituição de 1988 e não precisa ser encaminhada ao Senado para ser suspensa.

**20. A respeito da ação de *habeas corpus*, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Pode ser impetrado por qualquer pessoa, nacional ou estrangeira.

(B) É cabível contra punição disciplinar militar ilegal.

(C) Pode ser utilizado como instrumento de controle concreto de constitucionalidade.

(D) Se o impetrante não comprovar na petição inicial que é hipossuficiente, não terá direito à gratuidade.

**Deontologia**

**21. O impedimento significa a proibição parcial do exercício da advocacia e a incompatibilidade, a proibição total da profissão. Acerca de tais institutos, constantes no Estatuto da Advocacia e da OAB, marque alternativa incorreta:**

(A) Passa a exercer atividade incompatível, o advogado que desenvolver a atividade de Gerente Geral do Banco Santander.

(B) São impedidos de exercer a advocacia somente contra a Fazenda que o remunera os membros do Poder Legislativo em seus diferentes níveis.

(C) É incompatível com o exercício da advocacia a atividade de Conselheiro do Tribunal de Contas da União.

(D) Se um advogado é aprovado em concurso para professor de curso jurídico numa universidade pública poderá advogar contra a Fazenda que o remunera ou a qual seja vinculada a sua entidade empregadora.

**22. Jorge Viola, advogado devidamente inscrito no Conselho Seccional da OAB do Estado do Mato Grosso, é convidado para palestrar em uma universidade local a respeito de ética profissional na advocacia.**

**Assim, conforme disposição expressa do Código de Ética e Disciplina da OAB o advogado Jorge pode, em um dos seus tópicos, esclarecer aos alunos que ...., exceto:**

(A) O advogado pode renunciar ao mandato outorgado por um cliente, mesmo contra a vontade deste;

(B) O advogado pode se recusar a atuar numa causa cível, quando for imposição do cliente que o advogado trabalhe com outro advogado indicado pelo cliente;

(C) O advogado pode publicar seu anúncio profissional em jornal de grande circulação, informando, além do nome e número de inscrição na OAB, ser ele integrante do Instituto de Estudos Criminais do Estado do Mato Grosso – Iecemg;

(D) O advogado pode fazer emitir uma nota promissória ao cliente para garantia do pagamento de seus honorários.

**23. Em razão de acidente de motocicletas provocado por Carlos da Silva, este pagou a João Rocha, em composição amigável, a quantia de R$ 10.000 (dez mil reais) pelos danos materiais causados na motocicleta de João Rocha, que deu quitação do que lhe era devido. Passados 5 (cinco) meses, João Rocha procurou o advogado Caio das Neves e este, mesmo tendo ciência daquele acordo, foi contratado por João Rocha e ingressou em juízo com uma Ação de Ressarcimento de Danos por acidente de veículos contra Carlos da Silva, pleiteando a indenização de R$ 10.000,00 (dez mil reais) pelos danos materiais causados no veículo de João Rocha. Marque a alternativa correta:**

(A) O advogado cometeu patrocínio simultâneo e fraude processual;

(B) O advogado praticou uma lide temerária;

(C) O advogado cometeu uma inépcia profissional;

(D) O advogado cometeu tergiversação.

**24. Marque a opção que indica em que casos uma pessoa que não é advogada pode ingressar em juízo pessoalmente, isto é, sem se fazer representar por um advogado.**

(A) Apenas na impetração de *Habeas Corpus* e no Juizado Especial Cível até 20 (vinte) salários mínimos;

(B) Na impetração de *Habeas Corpus*, na Justiça do Trabalho (1ª Instância), no Juizado Especial Cível (até 20 salários mínimos) e no Mandado de Segurança;

(C) Na impetração de *Habeas Corpus*, no Juizado Especial Cível até 20(vinte) salários mínimos, na Justiça do Trabalho (1ª Instância) e no Juizado de Paz (embora este último não seja um órgão jurisdicional);

(D) Na impetração de *Habeas Corpus*, no Juizado Especial Cível até 20 (vinte) salários mínimos, na Justiça do Trabalho (1ª Instância), no Juizado de Paz e na Ação Popular.

**25. O advogado Jorge Dias, que tem domicílio profissional na cidade do Rio de Janeiro e está inscrito apenas na OAB/RJ, irá atuar em defesa de um cliente em uma ação penal proposta pelo Ministério Público na Comarca de Salvador/BA. Qual o procedimento a ser seguido pelo advogado?**

(A) Terá que fazer uma inscrição suplementar na OAB/BA;

(B) Terá que fazer a transferência de sua inscrição para a OAB/BA;

(C) Poderá patrocinar atuar naquela ação na Bahia, sem inscrição na OAB/BA, mas desde que comunique o patrocínio à OAB/BA e OAB/RJ;

(D) Poderá patrocinar atuar naquela causa na Bahia, sem inscrição e sem qualquer comunicação à OAB.

**26. Adalberto Filder, advogado com longa experiência profissional, precisa redigir um contrato de honorários com seu mais novo cliente.**

**Tendo em vista o que dispõe a Lei 8.906/94 sobre honorários advocatícios, não é correto afirmar que:**

(A) A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos sucumbenciais.

(B) O advogado deve receber 1/3 (um terço) dos honorários no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.

(C) Na hipótese de falecimento ou incapacidade civil do advogado, os honorários de sucumbência, proporcionais ao trabalho realizado, são recebidos por seus sucessores ou representantes legais.

(D) O acordo feito pelo cliente do advogado e a parte contrária, salvo aquiescência do profissional, não lhe prejudica os honorários, quer os convencionados, quer os concedidos por sentença.

**27. Sobre a responsabilidade disciplinar do advogado, tendo em vista que um advogado já sofreu uma censura pela OAB, a sanção cabível no caso de ser mantida uma sociedade de advocacia fora das normas e preceitos estabelecidos na lei 8.906/94 é a:**

(A) Censura e multa de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades;

(B) Suspensão com ou sem multa de 1 (uma) a 10 (dez) anuidades;

(C) Censura, somente;

(D) Exclusão, tendo em vista a reincidência.

**28. Das decisões proferidas pelo Presidente do Conselho Seccional cabe recurso para:**

(A) Conselho Seccional;

(B) Conselho Federal;

(C) Tribunal de Ética e Disciplina;

(D) Conselho da Subseção.

**29. Mélvio Andrade, advogado inscrito na OAB/SP há 15 anos, foi ofendido pela juíza da 1ª Vara Cível da Comarca de Santos, no exercício da advocacia, durante uma audiência de instrução e julgamento.**

**A respeito do desagravo público, disposto no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:**

(A) O desagravo público, como instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia, depende de concordância do ofendido, devendo ser promovido a critério do Conselho.

(B) Na sessão de desagravo o advogado ofendido lê a nota a ser publicada na imprensa, encaminhada ao ofensor e às autoridades e registrada nos assentamentos do inscrito.

(C) O inscrito na OAB, quando ofendido comprovadamente em razão do exercício profissional ou de cargo ou função na OAB, tem direito ao desagravo público promovido pelo Conselho competente, a seu pedido ou de qualquer pessoa, não podendo ser de ofício.

(D) Ocorrendo a ofensa no território da Subseção a que se vincule o inscrito, a sessão de desagravo pode ser promovida pela diretoria ou conselho da Subseção, com representação do Conselho Seccional.

**30. Tícia Helen, advogada, foi filmada por câmeras do circuito interno de TV de uma delegacia, entregando uma mala com quantidade considerável de dinheiro a um agente da polícia a pretexto de conseguir um bom relatório em um inquérito policial, a fim de trazer benefícios ao seu cliente. Tal fato foi noticiado em vários telejornais.**

**Em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, a advogada pode ser suspensa preventivamente:**

(A) somente após o julgamento do recurso de ofício pelo conselho pleno da seccional onde tiver a inscrição principal, com o resultado obtido por maioria simples;

(B) pelo presidente da seccional onde tiver a inscrição principal, que recorrerá de ofício ao tribunal de ética e disciplina;

(C) somente em procedimento originário no Conselho Federal da Ordem dos Advogados, por maioria de dois terços de seus membros;

(D) pelo tribunal de ética e disciplina do conselho seccional onde tenha inscrição principal, depois de ouvido em sessão para a qual deverá ser notificado a comparecer.

**Direito e Processo Penal**

**31. Trácio foi denunciado pela prática do delito descrito no artigo 333 do Código Penal. A peça inaugural foi recebida pelo Juiz Titular da Vara Única da Comarca X, que presidiu a Audiência de Instrução e Julgamento. Encerrada a instrução do feito, o processo foi concluso ao juiz substituto, que proferiu sentença condenatória, tendo em vista que o juiz titular havia sido promovido e estava, nesse momento, na 11ª Vara Criminal da Comarca da Capital. De acordo com a Lei Processual Penal, assinale a alternativa correta.**

(A) A sentença é nula, porque foi prolatada por juiz que não presidiu a instrução do feito, em desacordo com o princípio da identidade física do juiz.

(B) A sentença é nula, porque ao juiz substituto é vedada a prolação de decisão definitiva ou terminativa.

(C) Não há nulidade na sentença, porque não se faz exigível a identidade física do juiz diante das peculiaridades narradas no enunciado.

(D) A sentença é nula, porque viola o princípio do juiz natural.

**32. Tendo em vista o enunciado da súmula vinculante n. 14 do Supremo Tribunal Federal, quanto ao sigilo do inquérito policial, é correto afirmar que a autoridade policial poderá negar ao advogado:**

(A) a vista dos autos, sempre que entender pertinente.

(B) a vista dos autos, somente quando o suspeito tiver sido indiciado formalmente.

(C) do indiciado que esteja atuando com procuração o acesso aos depoimentos prestados pelas vítimas, se entender pertinente.

(D) o acesso aos elementos de prova que ainda não tenham sido documentados no procedimento investigatório.

**33. Em determinada ação penal privada, na qual se apura a prática dos delitos de calúnia e difamação, a parte não apresenta, em alegações finais, pedido de condenação em relação ao delito de calúnia, fazendo-o tão somente em relação ao delito de difamação.**

**Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.**

(A) Ocorreu a perempção em relação ao delito de calúnia.

(B) Não ocorreu perempção em relação a nenhum delito.

(C) Ocorreu o perdão tácito em relação ao delito de calúnia.

(D) Não ocorreu perempção, mas, sim, renúncia em relação ao delito de calúnia.

**34. Dentro da conceituação de ampla defesa no processo penal, é correto afirmar que :**

(A) a intimação da decisão de pronúncia feita por edital, ao acusado solto e não encontrado, viola a ampla defesa, pois o ato foi procedido por anterior citação pessoal após o recebimento da denúncia, ainda na fase inicial do processo, cabendo ao Estado localizar o réu não revel.

(B) o falecimento do único patrono do réu poucos dias antes da publicação do acórdão, pelo Tribunal de Justiça, que não admitiu recurso defensivo, consubstancia situação relevante, pois a intimação do acórdão tornou-se impossível após a sua morte.

(C) cumpre ao magistrado processante, em não sendo possível ao defensor constituído assumir ou prosseguir no patrocínio da causa penal, ordenar a nomeação de defensor dativo ou público, para promover a defesa do réu, enquanto este não é intimado para escolher novo patrono.

(D) se reconhece ofensa ao princípio da ampla defesa pelo indeferimento de pedido de diligência à polícia para localizar testemunha, não constituindo interesse processual da defesa obter e fornecer ao juízo o endereço correto de suas testemunhas.

**35. Quanto ao inquérito policial, assinale a afirmativa INCORRETA.**

(A) O inquérito policial poderá ser instaurado de ofício pela Autoridade Policial nos crimes persequíveis por ação penal pública incondicionada.

(B) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado sem ela.

(C) Nos crimes de ação penal privada, não caberá instauração de inquérito policial, mas sim a lavratura de termo circunstanciado.

(D) O inquérito policial, mesmo nos crimes hediondos, poderá ser dispensável para o oferecimento de denúncia.

**36. A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem..., exceto:**

(A) tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância;

(B) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado;

(C) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

(D) ficou sabendo por noticiário da TV que um crime está sendo cometido na cidade vizinha.

**37. Josealdo Barbosa, advogado e professor de Direito Penal, em uma de suas aulas na faculdade em que leciona, pediu aos alunos que indicassem a alternativa que trazia somente elementos que excluem a ilicitude do crime. Qual assertiva deveria ter sido marcada?**

(A) inimputabilidade e inconsciência da ilicitude

(B) inimputabilidade e exercício regular de direito

(C) estado de necessidade e legítima defesa

(D) estado de necessidade e falta de consentimento do ofendido

**38. Paulo Roberto, advogado constituído pelo autor de uma ação, após um discussão com seu cliente, renuncia aos poderes recebidos e um mês depois passa a representar o réu no mesmo processo. Tal conduta configura:**

(A) fato atípico, por ser uma garantia do advogado a escolha de seu cliente.

(B) Tergiversação

(C) Patrocínio infiel

(D) Repetição de indébito.

**39. Adalberta Pamplona está sendo acusada da prática de crime de lesão corporal leve. Durante uma audiência no 3º Juizado Especial Criminal, no calor da discussão, ofendeu a vítima na frente do magistrado. O Código Penal determina que não constituem injúria ou difamação puníveis os casos abaixo, salvo:**

(A) a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador;

(B) a opinião desfavorável da crítica literária, artística ou científica, salvo quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar;

(C) o conceito desfavorável emitido por funcionário público, em apreciação ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício.

(D) a ofensa irrogada em juízo ou nas próximas 24 horas após o término da audiência, pela parte ou por seu procurador;

**40. Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador, constitui o crime de:**

(A) Sonegação de papel ou objeto de valor probatório

(B) Extravio de documento particular

(C) Extravio de sistema forense

(D) Sonegação de impostos ou custas judiciais

**Empresarial**

**41. Assinale a resposta correta:**

(A) O cheque visado não é aceito no Brasil.

(B) O sacado, no cheque, não precisa ser instituição financeira.

(C) O cheque é pagável à vista.

(D) O cheque deve ser apresentado para pagamento, a contar do dia da emissão, no prazo de 90 dias, quando emitido no lugar onde houver de ser pago.

**42. Com relação às sociedades anônimas, assinale a opção incorreta:**

(A) Sociedades anônimas abertas são aquelas que possuem valores mobiliários admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários;

(B) Sociedades anônimas abertas devem ser obrigatoriamente registradas na Comissão de Valores Mobiliários;

(C) Sociedades anônimas fechadas não podem emitir valores mobiliários;

(D) Sociedades anônimas fechadas não estão sujeitas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

**43. As ações preferenciais emitidas por uma sociedade anônima:**

(A) Não podem ter direito de voto;

(B) Podem ter o direito de voto limitado ou suprimido pelo estatuto social da sociedade anônima;

(C) Não podem ser negociadas no mercado de valores mobiliários;

(D) Só podem ser emitidas por sociedades anônimas abertas.

**44. Com relação aos consórcios, assinale a opção incorreta:**

(A) No consórcio não existe a presunção de solidariedade entre os consorciados.

(B) O contrato de consórcio deve ser arquivado no registro do comércio do local de sua sede;

(C) Os consórcios devem ser constituídos com prazo determinado;

(D) Os consórcios possuem personalidade jurídica;

**45. Com relação aos direitos e deveres do sócio de sociedade limitada, assinale a alternativa correta:**

(A) O sócio tem direito de participar dos lucros sociais, entretanto, não há nada que impeça o contrato social de uma sociedade limitada de prever a exclusão de determinado sócio dessa participação, desde que haja cláusula expressa regulando o assunto;

(B) O sócio tem o dever de integralizar suas cotas, podendo, para tanto, fazê-lo em dinheiro, em bens ou em serviços;

(C) O sócio tem direito a voto nas deliberações sociais, que serão tomadas sempre por maioria simples;

(D) O sócio que não integralizar suas cotas no prazo definido poderá ser excluído por deliberação da maioria dos demais sócios.

**Direito e Processo Civil**

**46. Após pagar 1/3 (um terço) do empréstimo garantido por hipoteca de seu imóvel, Leonardo procura aliená-lo a Lorrayne, mas ao notificar o credor hipotecário − o banco que lhe emprestou o dinheiro − este não concorda com a venda, alegando haver no contrato cláusula que a proíbe expressamente. O posicionamento do banco credor é:**

(A) juridicamente equivocado, por ser anulável o contrato, dada a abusividade da cláusula proibitiva de alienação.

(B) juridicamente equivocado, já que a lei civil prevê ser nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.

(C) válido juridicamente, pois a alienação do imóvel só é possível pelo tomador do empréstimo após o pagamento de dois terços da dívida.

(D) válido juridicamente, já que o contrato faz lei entre as partes e Leonardo o celebrou livre e espontaneamente.

**47. Nos termos do Código Civil o partido político tem natureza de:**

(A) associação civil

(B) autarquia

(C) pessoa jurídica de direito público

(D) pessoa jurídica de direito privado

**48. Carlos promove ação de evicção em face de Beatriz que tramita durante trinta anos. Ao final do processo Beatriz perde a propriedade do bem adquirido e pretende obter indenização de Artur o alienante. Nos termos do Código Civil:**

(A) houve a prescrição vez que o prazo máximo seria de dez anos

(B) houve suspensão do prazo de prescrição sem limites

(C) pendente ação de evicção o prazo prescricional não corre

(D) o prazo prescricional da ação indenizatória em foco seria de três anos

**49. Christine possui residências em Rio de Janeiro, onde vive oito meses por ano em razão de suas atividades profissionais, bem como em Porto Seguro, na Bahia, e em Jericoacoara, Ceará, onde alternadamente vive nas férias de verão e inverno. São seus domicílios:**

(A) qualquer uma dessas residências: Rio de Janeiro, Porto Seguro e Jericoacoara.

(B) apenas a residência em que Christine se encontrar no momento, excluídas as demais no período correspondente.

(C) apenas Rio de Janeiro, por passar a maior parte do ano nessa cidade.

(D) apenas a residência que Christine escolher, expressamente, comunicando formalmente as pessoas com quem se relacione.

**50. Fred foi ao shopping com a intenção de comprar um relógio de ouro, para combinar com suas inúmeras correntes do mesmo metal. De pouca cultura, adquiriu um relógio folheado a ouro, apenas, que tentou devolver mas a loja não aceitou, alegando terem vendido exatamente o que Fred pediu e não terem agido de má-fé. Se Fred procurar a solução judicialmente, seu advogado deverá pleitear a:**

(A) anulação do negócio jurídico, alegando lesão por inexperiência.

(B) anulação do negócio jurídico, alegando erro substancial no tocante a uma qualidade essencial do relógio adquirido.

(C) ineficácia do negócio jurídico, por erro incidental e abusividade do funcionário da loja ré.

(D) nulidade do negócio jurídico, por erro essencial quanto ao objeto principal da relação jurídica.

**51. Amanda promove ação pelo procedimento ordinário em face de Eduardo postulando a sua condenação no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por força de violação de cláusula contratual. O processo é distribuído para o Juízo da Primeira Vara Cível da Comarca Z do Estado W. Por força de um defeito processual o processo vem a ser extinto sem exame de mérito. Após corrigir a defeito mencionado Amanda ajuizou idêntico processo que é distribuído ao mesmo Juízo. Nos termos do Código de Processo Civil está sendo aplicado o instituto da:**

(A) conexão

(B) continência

(C) prevenção

(D) cumulação

**52. Guilherme apresenta exceção de suspeição em face do magistrado Luis por entender que o mesmo mantém relações afetivas em relação a Ana, que caracterizariam amizade íntima, impossibilitando a sua atuação no processo. Nos termos do Código de Processo Civil após o processamento da exceção indicada ocorrerá em relação ao processo a sua:**

(A) extinção

(B) interdição

(C) modificação

(D) suspensão

**53. Amanda propõe ação de cobrança contra Helena, mas seu advogado deixa de anexar procuração para postular em Juízo, bem como se esquece de requerer a citação do réu, na petição inicial. Deverá o juiz**

(A) determinar que, em dez dias, seja emendada a inicial, sob pena de seu indeferimento, bem como fixar prazo razoável para que seja sanada a irregularidade na representação processual, sob pena de nulidade do processo.

(B) dar sequência regular ao processo, pois as questões tratadas devem ser objeto de arguição pela parte adversa e não de conhecimento de ofício pelo juiz.

(C) determinar a emenda da inicial e a regularização do processo em prazo razoável, em ambos os casos sob pena de nulidade do processo.

(D) extinguir de imediato o processo, por haver duas irregularidades no feito, simultaneamente.

**54. Uma das características da ação possessória consiste na possibilidade de o réu, na contestação, pugnar pela proteção possessória. Isso ocorre porque essa espécie de ação é considerada:**

(A) especial

(B) dúplice

(C) pessoal

(D) reipersecutória

**55. Em uma audiência realizada por um juízo cível, o juiz indeferiu a oitiva de testemunha arrolada por Luis. Inconformado com a decisão, poderá Luis:**

(A) Opor agravo retido.

(B) Efetuar protesto oral.

(C) Interpor agravo de petição.

(D) Interpor agravo de instrumento imediatamente.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Em uma norma autônoma, os sindicatos acordaram a supressão das horas intervalares. Pode-se afirmar que a norma:**

(A) está correta, pois a CF/88 garantiu a autonomia dos entes sindicais para a flexibilização das leis trabalhistas, devendo ser respeitada como norma autônoma.

(B) está correta, pois acompanha dispositivos que garantem a supremacia das normas autônomas, com guarida constitucional, uma vez que é atribuição dos sindicatos a tutela do meio ambiente do trabalho de seus sindicalizados.

(C) não poderá prevalecer por não ter especificação da supressão das horas intervalares, com indicativo, também em norma autônoma de pagamento de um *plus* remuneratório.

(D) não poderá prevalecer, pois a previsão de horas intervalares constitui norma heterônoma de ordem pública, não podendo ser suprimida por norma autônoma.

**57. Em relação ao prazo prescricional trabalhista, está INCORRETO afirmar:**

(A) Ajuizada a ação 2 anos e 1 dia após a extinção do contrato de trabalho, a prescrição é total em relação a todos os direitos do trabalhador.

(B) Ajuizada a ação na vigência do contrato de trabalho, incide apenas a prescrição parcial, podendo ser reclamados direitos dos últimos 5 anos contados retroativamente da data do ajuizamento da ação.

(C) Em relação ao trabalhador rural, a prescrição é de 2 anos contados da extinção do contrato de trabalho, não correndo a prescrição na vigência do contrato.

(D) Aos depósitos do FGTS aplica-se prazo prescricional de 30 anos, até o limite de 2 anos após a extinção do contrato de trabalho.

**58. Em relação às hipóteses de extinção do contrato de emprego por prazo indeterminado, considere:**

**I. O pedido de demissão caracteriza-se como ato de iniciativa do empregado, praticado com a intenção de extinguir o contrato.**

**II. Havendo culpa recíproca no ato que determinou a rescisão do contrato, será devida a mesma indenização que seria devida em caso de culpa exclusiva do empregador.**

**III. No caso de prática de falta grave pelo empregador, poderá o empregado pleitear a rescisão do seu contrato e o pagamento das respectivas indenizações, sendo-lhe facultado, em qualquer hipótese, permanecer ou não no serviço até final da decisão do processo.**

**IV. A morte do empregador pessoa física leva à extinção do contrato de trabalho, salvo se o empregado, por ocasião do falecimento do empregador, tiver mais de dez anos de serviço para o mesmo.**

**Está INCORRETO o que consta APENAS em:**

(A) I e IV.

(B) III e IV.

(C) I, II e IV.

(D) II, III e IV.

**59. Considerando os dispositivos legais relativos à remuneração, é correto afirmar que:**

(A) o pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, inclusive no que concerne a percentagens e gratificações.

(B) não é considerada como salário a utilidade correspondente à educação em estabelecimento de ensino de terceiros, incluindo os valores relativos à matrícula, mensalidade, anuidade, livro e material didático.

(C) na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado deverá notificar previamente o empregador requerendo.

a fixação do salário sob pena de requerer judicialmente o arbitramento do respectivo valor.

(D) não se incluem nos salários as diárias para viagem que excedam 50% do salário percebido pelo empregado.

**60. Perderá o direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo,**

(A) deixar o emprego e não for readmitido nos 60 dias posteriores à sua saída.

(B) deixar de trabalhar, com percepção de salários, por mais de 60 dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa, desde que tal paralisação tenha decorrido de força maior.

(C) tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente do trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 meses, desde que contínuos.

(D) usufruir de licença remunerada, qualquer que seja o período de duração da mesma.

**61. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho nos dissídios individuais quando houver extinção do processo, sem julgamento do mérito, ou julgado totalmente improcedente o pedido, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 2% (dois por cento) sobre o valor:**

(A) da condenação

(B) fixado pelo Juiz

(C) da causa

(D) acordado entre as partes

**62. Durante uma audiência trabalhista o juiz indefere o depoimento pessoal requerido por uma das partes. Nessa hipótese, a medida processual capaz de mudar o resultado será:**

(A) o agravo de instrumento.

(B) o agravo retido.

(C) os embargos de defesa.

(D) o recurso ordinário.

**63. Com relação ao dissídio coletivo, é INCORRETO afirmar:**

(A) Na audiência de conciliação, assim como ocorre nos dissídios individuais, haverá o arquivamento da ação quando o autor não comparecer.

(B) De acordo com a legislação, para ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica há necessidade de esgotar a negociação coletiva, bem como de existência de comum acordo entre as partes envolvidas no litígio, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

(C) O poder normativo da Justiça do Trabalho consiste numa atribuição anômala conferida pela Constituição Federal a um ramo do Poder Judiciário, haja vista que a competência para a elaboração de normas, com efeitos ultra partes é uma tarefa típica do Poder Legislativo.

(D) Em caso de dissídio coletivo que tenha como objeto novas condições de trabalho e no qual figure apenas parte dos empregados da empresa, poderá o Tribunal competente, na própria decisão, estender tais condições aos demais empregados.

**64. A respeito da execução trabalhista, é CORRETO afirmar que:**

(A) em face do direito fundamental de propriedade, previsto pela Constituição Federal, não se admite penhora sobre o faturamento da empresa, sob pena de ferir o direito de livre exercício empresarial.

(B) se tratando de execução por carta precatória, os embargos de terceiro devem ser oferecidos perante o juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem, unicamente, sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado, em que a competência será deste último.

(C) sendo insuficiente o patrimônio da pessoa jurídica para saldar o débito trabalhista, respondem pela execução os bens pessoais do sócio-gerente, desde que tenha participado como pessoa física no polo passivo da reclamação trabalhista na fase cognitiva.

(D) as multas inscritas em dívida ativa da União, provenientes dos autos de infração lavrados por auditores-fiscais do trabalho, os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados entre as partes, na presença de um representante do sindicato e de duas testemunhas, são considerados títulos executivos extrajudiciais trabalhistas.

**65. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) Os erros materiais poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

(B) Eventual efeito modificativo dos embargos de declaração somente poderá ocorrer em virtude da correção de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de 5 (cinco) dias.

(C) Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

(D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a orientação jurisprudencial ou súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal.

**Direito Tributário**

**66. (FGV-JUIZ DE DIREITO/MG) Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa incorreta.**

(A) O ITR será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

(B) Em relação ao ICMS é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

(C) Não incide ITBI sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

(D) O IPI poderá ser seletivo, em função da essencialidade do produto, e será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores.

**67. Considerada a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:**

(A) que as alíquotas do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) não poderão ser alteradas por meio de medida provisória.

(B) que a contribuição de melhoria poderá ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que haja sido instituída, observado apenas o prazo de noventa dias contados da data em que haja sido publicada a lei que a instituiu.

(C) que a concessão e a revogação de isenções, no que concerne ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), ficam condicionadas ao que dispuser a lei complementar nacional.

(D) que a não-cumulatividade é o mecanismo utilizado para se aplicar o princípio da seletividade, em relação ao imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e municipal e de comunicações (ICMS).

**68. A competência tributária dos Estados NÃO ABRANGE, nos termos da Constituição Federal de 1988:**

(A) a instituição de contribuição, a ser exigida dos seus servidores, para o custeio, em benefícios destes mesmos servidores, do regime previdenciário de caráter contributivo e solidário próprio de tais servidores.

(B) a instituição de imposto sobre a prestação de serviço de transporte realizado estritamente no âmbito municipal.

(C) a instituição do imposto sobre a doação de bens, incluídas as doações em dinheiro e doações de bens móveis, competindo tal instituição ao Estado em que seja domiciliado o doador.

(D) a instituição de taxa, cujo fato gerador seja a utilização potencial de serviço público específico e divisível, posto pelo Estado à disposição do contribuinte.

**69. Sobre os impostos previstos na Constituição, assinale a alternativa incorreta:**

(A) o IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização dos veículos automotores.

(B) o Município pode optar por arrecadar o ITR, ficando autorizado a conceder unicamente isenções destinadas a incentivar a produção rural.

(C) a progressividade extrafiscal é obrigatória para o ITR e facultativa para o IPTU.

(D) a seletividade é obrigatória para o IPI e facultativa para o ICMS.

**70. Assinale a alternativa CORRETA:**

(A) a base de cálculo para fins de apuração do valor devido a título de ITR é o valor venal, valor de venda, do imóvel;

(B) são imunes a incidência do IPI, os produtos considerados de consumo essencial, tendo em vista a aplicação do princípio da seletividade;

(C) o IPI pode ter suas alíquotas majoradas por ato do Poder Executivo, atendidas as condições e limites estabelecidos em lei;

(D) no caso de guerra poderá a União instituir impostos extraordinários, porém respeitando o princípio da anterioridade, a fim de evitar a surpresa do contribuinte.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |